

Opinião

A proteção da indústria nacional

Ives Gandra da Silva Martins *

O Plano Real, o Mercosul e a conjuntura internacional têm dificultado a preservação do parque empresarial brasileiro, com sérias perdas de competitividade e geração de desemprego sem precedentes na história do País.

O mérito do Plano Real em estabilizar a moeda tem como contrapeso a deterioração da indústria brasileira, a perda de mercados exterior e interno, o estímulo ao emprego fora do País e o fortalecimento das outras nações em detrimento do Brasil.

A defasagem cambial, a carga tributária cumulativa e a política de juros que incidem fundamentalmente sobre o empresariado nacional e facilitam a entrada de produtos estrangeiros têm dificultado a recuperação da indústria pátria, que sofre, de um lado, agudo processo de desnacionalização dos empreendimentos existentes e vê, de outro, escancarar-se o mercado para os produtos estrangeiros de toda espécie, não por mérito de tecnologia

superior, mas dos três fatores acima mencionados, provocados pelo Plano Real.

Por outro lado, o Mercosul é o paraíso idealizado pela Argentina, Uruguai e Paraguai, que puderam sair de um déficit na balança comercial de US\$ 2 bilhões em 1993 para um superávit de US\$ 3 bilhões, em 1997, muitas vezes dificultando a entrada de produtos brasileiros, por expedientes protetelatórios, e conseguindo colocar seus produtos no Brasil, porque souberam negociar melhor os tratados de Assunção e de Ouro Preto.

O mérito do real tem como contrapeso a deterioração da indústria brasileira

E a conjuntura internacional facilitará a entrada de produtos dos países em que a desvalorização cambial foi elevada e em que a inflação interna é ou será inferior à desvalorização.

O mais interessante a notar é o patriotismo dos asiáticos, como na Coreia, em que a população doou US\$ 1 bilhão ao governo em ouro e onde há um movimento sério de valorização do produto nacional para

gerar empregos no país e facilitar sua recuperação.

Aqui, vive-se, infelizmente, fenômeno inverso. Os detentores do poder, nas 5.500 entidades federativas, pensam mais na manutenção da estrutura antiquada da administração pública, não tendo avançado, no plano constitucional, as duas reformas essenciais (administrativa e previdenciária), ainda pendentes no Parlamento Constituinte Derivado.

Por outro lado, a carga tributária para sustentar a máquina estatal esclerosada, que não presta serviços públicos, é de 33% sobre um PIB de US\$ 800 bilhões, quando na Argentina é de 20%, no Uruguai pouco superior a 15% e no Paraguai em torno de 10%. Vale dizer: sobre não prestarem serviços públicos à sociedade, os detentores do poder inviabilizam as empresas brasileiras na competição com o produto estrangeiro.

Acrescente-se a falta de sensibilidade no Brasil para a aquisição de produtos brasileiros, em sentido oposto ao que ocorre na Ásia. O argumento é que o produto estrangeiro é mais barato – e é o governo que faz o nacional mais caro –, quando, na verdade,

a solução estaria em um movimento de valorização do produto nacional, permitindo que uma produção em maior escala pudessem compensar, pelo volume fabricado, os ônus impostos pelo governo ao empresariado nacional.

Argumenta-se que, apesar disso, as empresas estrangeiras estão vindo para o País. Mas a que custo? Ao de uma oferta de incentivos fiscais sem precedentes e a que nenhum empresário nacional nunca teve acesso no passado e não consegue no presente. A instalação de uma fábrica "Citroën-Peugeot" no País, com dinheiro do BNDES, a possibilidade de importação de 80 mil veículos da Argentina sem contrapartida de exportação, além dos incentivos do governo do Rio de Janeiro, dão uma demonstração inequívoca do protecionismo às avessas que conforma a política econômica dos governos das três esferas da federação brasileira.

Enquanto o Brasil cresceu modestíssimos 3,5% em 1997, a Argentina, com esta política nacional de favorecimento aos argentinos, cresceu 8%, sendo, hoje, o Brasil o parceiro da Argentina, pois esta vende de tudo em nosso mercado, sem tarifas aduaneiras, salvo os produtos

da pequena lista de exceções, que se reduz ano a ano.

É inútil dizer que, com o déficit público elevado nas 5.500 entidades federativas, endividamento público considerável e de responsabilidade da União, déficit na balança comercial apreciável e sem possibilidade de redução a curto prazo, formidável déficit nas contas externas (mais de US\$ 30 bilhões a serem mantidos

A maior obrigação do governo é gerar empregos no País

nos próximos anos), além do elevado nível de desemprego e carga tributária ascendente, as perspectivas para os heróicos e patrióticos empresários nacionais não são boas.

Por essa razão, a declaração do ministro Dornelles foi absolutamente racional. Devemos proteger a indústria nacional, como fazem os outros países, discutindo depois se houve ou não algum excesso. Afinal, a maior responsabilidade do governo federal é gerar empregos no Brasil e não nos outros países.

* Professor emérito das Universidades Mackenzie e Paulista e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

